



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

PODER EXECUTIVO

LEI COMPLEMENTAR Nº 056, DE 24 DE JULHO DE 2019

PUBLICADO

Edição nº: 1386

Data: 24/07/2019

Boletim Oficial do Município de Telêmaco
Borba-PR

Da nova redação aos Arts. 132, 133 e 136 na Lei nº 1883, de 05 de abril de 2012, bem como da nova redação, ordena e adiciona mais um parágrafo ao art.135 do mesmo ato normativo.

O Prefeito do Município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono, com base no art. 81, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 132 *caput* e 133, ambos a Lei nº 1883, de 05 de abril de 2012, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 132. Será concedida licença à servidora gestante, por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

Art. 133. Fica vedada a dispensa da servidora gestante, desde a confirmação da gravidez, até sete meses após o parto.

Art. 2º Fica alterada a redação do Título III, Capítulo IV, Seção IV, art.135 da Lei nº 1883, de 05 de abril de 2012, ordena e acrescenta mais um parágrafo, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Seção IV - Da Licença-Adotante

Art. 135. O servidor, independente do sexo, que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida a licença, por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º. Será concedida a licença adotante de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos à apenas um dos servidores casados ou de união estável, para o outro, a concessão da licença será de 5 (cinco) dias.

§ 2º. O prazo de licença tem início a partir da data da obtenção da guarda judicial, provisória ou definitiva, do adotando.



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

PODER EXECUTIVO

§ 3º. Com a suspensão da guarda judicial deverá o servidor retornar ao exercício do cargo, sob pena de responder pela ausência ao serviço."

Art. 3º Fica alterada a redação do art.136 da Lei nº 1883, de 05 de abril de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 136. O servidor, independente do sexo, que adotar ou obtiver guarda judicial de criança ou adolescente, e que não for casado ou viver em união estável, terá direito à concessão da licença à adotante nos moldes desta lei. "

Art. 4º Permanecem inalteradas e em vigência as demais regras da Lei nº 1883, de 05 de abril de 2012.

Art. 5º Esta Lei revoga as disposições em contrário na Lei nº 1883, de 05 de abril de 2012 e entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se as licenças em curso.

**PAÇO DAS ARAUCÁRIAS, TELÊMACO
BORBA, ESTADO DO PARANÁ,** em 24 de
julho de 2019.

Marcio Artur de Matos

Prefeito